

## A ruptura entre economia e política no mundo do capital

The rupture between economics and politics in the world of capital

Jaime Osorio\*

**Resumo** - Se o capital é unidade diferenciada de relações de exploração e domínio, cabe se perguntar sobre as razões que o fazem suscitar a ruptura entre economia e política, de modo que cada uma destas dimensões acabam por se constituir como disciplinas sociais autônomas. Cabe também a questão sobre as consequências de uma segunda ruptura, agora das relações sociais que formam tais disciplinas, e de suas expressões enquanto coisas, como o mercado, o contrato social. A recriação do imaginário de um mundo de homens livres e iguais está na base dessa dupla ruptura.

**Palavras-chave** - economia; política; capital; mercado; Estado.

**Abstract** - If capital is the differentiated unity of relations of exploitation and domination, then it is relevant to ask the reasons of rupture between economics and politics, which leads to the constitution of two unrelated disciplines. It is also asked for the consequences of a second rupture, of the social relations which constitute these disciplines and their expression as things may it be on the market, as market and social contract. The recreation of the idea of a world of free and equal people is to be found at the basis of this double rupture.

**Keywords** - economics; politics; capital; market; State.

1 Denominamos de capital a *unidade diferenciada* de relações sociais de exploração e domínio. No mundo do capital, toda relação de domínio de classes (à diferença de formas de opressão ou de poder que não são constitutivamente de classes: pai/filho; professor/aluno; homem/mulher; médico/paciente, etc.) é relação de exploração (direta, sobre trabalhadores ativos, ou indireta, sobre trabalhadores inativos) e toda relação de exploração é, por sua vez, relação de domínio de classes.

\* Doutor pelo Colegio de México, professor e investigador do Departamento de Relaciones Sociales – Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) – Xochimilco e Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos – Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Seu último livro se intitula *Estado, biopoder, exclusión: análisis desde la lógica del capital*, Editorial Anthropos/UAM, Barcelona, 2012. *Correspondência*: E-mail: <josorio@correo.xoc.uam.mx>.

2 O capital não pode se revelar no mundo fenomênico como exploração e domínio. Pelo contrário, o capital promete a construção de um mundo de homens livres e iguais. E embora violenta essa promessa, deve, contudo, reconstituí-la. Para isso tem que conformar a *ficção real* de um mundo de homens livre e iguais. Ficção, pois encobre e desvirtua a essência do seu ser. Real, porém, pois esta inversão atua e ganha consistência. Opera efetivamente. Em poucas palavras, o capital precisa se apresentar de modo distorcido, ao contrário do que é de fato. Isto faz parte do processo de fetichização do capital, que lhe permite “criar um mundo encantado, de ponta cabeça”. (MARX, 1973, v. III, p. 768). Através da fetichização, o ser se manifesta se ocultando. Aqui nos interessa desvendar alguns dos processos que tornam possível sustentar essa ficção.

3 Um primeiro passo do capital, neste processo de se ocultar e se revelar de modo distorcido, implica a ruptura da sua unidade econômico-política, conformando tais dimensões como esferas autônomas e independentes, e *não mais como diferenças no seio de uma unidade*. O desenvolvimento desta tendência conduz à formação de saberes com “objetos” particulares: a ciência da economia ou ciência econômica, e a ciência da política ou ciência política. Daí a se constituírem como disciplinas – em momentos nos quais os saberes sociais se disciplinam – parecerá um passo normal

4 Para compreender em sua complexidade a unidade econômico/política do capital e o processo de ruptura desta unidade é pertinente considerar a particularidade da primeira fase da circulação, onde se realiza a compra e venda de meios de produção e de força de trabalho. É quando os portadores de capital e de trabalho se apresentam como sujeitos livres, que soberanamente realizam o processo de troca. Por isso, diz Marx (v.I, 1973), o mercado aparece como reino da liberdade.<sup>1</sup> O trabalhador é dono de sua força de trabalho e, livremente, sem coerção *visível* nem *sujeição* a outros sujeitos, se apresenta para vender sua mercadoria, da mesma forma que o burguês, que, também livremente, chega ao mercado com a mercadoria dinheiro, disposto a comprar força de trabalho.

5 Neste processo de livre troca, é importante destacar o obscurecimento dos processos políticos que o tornam possível e que deixam manifesto a coerção e a ficção de liberdade em que se encontra o vendedor de força de trabalho.<sup>2</sup> Primeiro, porque *ele e sua classe* foram objeto de violência nos processos de *despojo e expropriação de terras e ferramentas*, ficando privados de meios de produção. Segundo, porque o montante de

<sup>1</sup> “A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era, de fato, um verdadeiro *éden dos direitos do homem*. O que aqui reina é unicamente *liberdade, igualdade, propriedade* [...]”. (MARX, 1973, v. I, 128 – itálicas do original).

<sup>2</sup> “O contrato pelo qual [o trabalhador] vendeu sua força de trabalho ao capitalista comprovou, por assim dizer, preto no branco, que ele dispõe livremente de si mesmo. Depois de concluído o negócio, descobre-se que ele não era ‘nenhum agente livre’, de que o tempo de que dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la [...]”. (MARX, 1973, p. 240).

dinheiro recebido pela venda de sua força de trabalho permite apenas a reprodução diária do trabalhador. Isso implica que, *necessariamente*, o trabalhador deva se apresentar dia após dia no mercado para vender sua mercadoria, pois *do contrário é sua própria existência*, como ser vivo, *que se coloca em risco*. O que temos então é uma nova coerção política, regendo a “liberdade” dos trabalhadores e sua cotidiana presença no mercado. Terceiro, porque *o trabalhador é expropriado de valor*, pelo menos do valor que excede o valor de sua força de trabalho, o que implica exploração, e um *Estado de direito (domínio) que torna possível a exploração*.

6 A força de trabalho repousa na corporeidade viva do trabalhador (músculos, cérebro, sistema nervoso, esqueleto, coração, pulmões, etc.). Não há como separar uma coisa da outra. Portanto, quando o trabalhador vende sua força de trabalho, o capital não apenas recebe aquela mercadoria, mas também a corporeidade total do trabalhador. E tudo que aconteça com essa força de trabalho, trabalhando, em extenuantes jornadas, intenso trabalho, sem falar das exaustivas horas de deslocamento da casa ao trabalho e vice-versa, incide no trabalhador e em seu corpo (e alma ou espírito). Aqui radica o ponto central do poder do capital sobre a vida, o “*biopoder*”. E é por desconhecer ou ignorar esse processo que as formulações de Michel Foucault e Giorgio Agamben<sup>3</sup>, mesmo em sua radicalidade, acabam deixando de lado o processo fundamental e generalizado que explica a capacidade do poder (do capital) sobre a vida, de colocá-la, permanentemente, em interdição em nosso tempo.<sup>4</sup>

7 É a presença de uma *violência institucional* (consagrada por leis em um Estado de direito), de *coerção encoberta*, que explica que não seja necessário que um corpo policial retire os trabalhadores de suas camas nas primeiras horas da manhã ou os açoite para que se dirijam aos centros de transporte público e dali aos seus locais de trabalho. Aquela *violência* de despojo *ancestral*, à qual se soma agora a *violência cotidiana* (expropriação diária de mais-valor), obriga o trabalhador a buscar um salário para sobreviver. Este é o marco de liberdade do vendedor de força de trabalho. O que se apresenta como operações simplesmente econômicas são também operações políticas de submissão, violência e coerção encobertas.

8 Historicamente, a ruptura entre economia e política toma forma nas últimas décadas do século XIX, com a chamada revolução marginalista. Para a economia política clássica, cristalizada entre a segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX, a reflexão da economia remetia diretamente às classes sociais e às formas de apropriação da riqueza social. Era o caso do fisiocrata François Quesnay com seu “*Quadro econômico*” (1758); do primeiro dos cinco livros que formam “*A riqueza das*

<sup>3</sup> Do primeiro, ver “*Historia de la sexualidad I*”; “*La voluntad de saber*” (1977); “*Defender la sociedad*” (2000) e “*Seguridad, territorio y población*” (2006). Do segundo, ver “*Homo sacer: el poder soberano y la nuda vida*” (1998).

<sup>4</sup> Sobre estas questões, ver Jaime Osorio, “*Estado, biopoder, exclusión: análisis desde la lógica del capital*” (2012).

nações" (1776) de Adam Smith; ou de David Ricardo, com sua teoria da distribuição da renda em "*Princípios de Economia Política*" (1817) (MARX, 1980). Com o inglês William Stanley Jevons, o francês León Walras e o austríaco Anton Menger, antecidos pelo francês Antoine Augustin Cournot, a política explícita da economia é definitivamente abandonada, para dar passagem a uma economia aparentemente despolitizada, cada vez mais circunscrita aos assuntos da circulação e do mercado, afastando-se dos problemas da produção e colocando como base de cientificidade a sofisticação matemática e estatística.

<sup>9</sup> A despolitização da economia (que não passa de outra forma de operação política) tem como um dos seus efeitos o abandono do olhar sobre o conjunto das fases do processo econômico, para concentrar sua atenção na circulação e, particularmente, em sua segunda fase, onde as mercadorias valorizadas são lançadas ao mercado para realização. Problema nada irrelevante para um capitalismo que faz crescer consideravelmente a massa de valores de uso como resultado dos aumentos da produtividade (e da intensidade) e, com isso, propiciando a tendência recorrente de crises. As condições de equilíbrio entre oferta e demanda, concorrência perfeita, preços e utilidade marginal, entre outros temas, passarão a ser privilegiados na nova ciência econômica e seu olhar reducionista.

<sup>10</sup> Não é ocioso assinalar que, como resultado da ruptura antes apontada no seio da economia (que implica a passagem da economia política para as mãos do marxismo), e frente ao crescimento das lutas sociais que acompanham a transição do capitalismo manufatureiro ao industrial, resultado, por sua vez, da constituição de um proletariado cada vez maior e mais organizado, surge a necessidade de uma nova disciplina nas ciências sociais, desta vez a sociologia, que tratará de explicar os problemas sociais, mas a partir de uma perspectiva na qual predomina o impedimento da desordem social (ou a anomia), sob a marca empírico/positivista de analisar os fatos sociais como coisas, como diz Durkheim, em cujas mãos esta nova disciplina se cristaliza. (THERBORN, 1980).

<sup>11</sup> A conformação da economia e da política como disciplinas independentes deixa, contudo, cada uma sob o espectro das relações sociais que as constituem – de exploração a primeira e de domínio a segunda. Isso gera um problema muito sério para o processo do capital de revelar – ocultando. Por isso torna-se necessário levar a cabo uma segunda ruptura, agora no seio de cada uma destas esferas, com a finalidade de romper as relações sociais que as constituem.

<sup>12</sup> Romper relações e assumir "coisas" como objeto de reflexão é uma característica dos saberes que o mundo do capital engendra (PÉREZ SOTO, 2008). Esta passagem – relegar relações e assumir coisas – está na base do *individualismo metodológico* que prevalece nas ciências sociais. O indivíduo cumpre com todas as exigências da ciência empírica e experimental que caracteriza fundamentalmente os saberes na modernidade

capitalista. Por isso, não há nada de estranho que o indivíduo seja tomado como unidade básica a partir da qual os saberes atuais pensam os processos da sociedade.

<sup>13</sup> Fraturadas as relações sociais e estabelecido o privilégio das coisas como objeto das ciências, na esfera econômica *o mercado* se torna a entidade fundamental de uma economia agora não-política. É onde interatuam os indivíduos, fazendo operações de compra e venda. E no mercado temos indivíduos livres: ninguém os constrange, para além das razões do próprio mercado, em seus processos de troca. A ficção de um mundo de homens livres ganha destaque nas rupturas que o capital realiza.

<sup>14</sup> Na esfera política, autonomizada da economia e abandonadas as relações sociais, acontecem operações semelhantes. Nos relatos prevaletentes, são indivíduos – que reclamam passar do estado de natureza (ali onde o homem é o lobo do homem) para o estado político – os que estabelecem um contrato social e os que dão vida ao Estado. Nenhum deles tem a capacidade de se impor sobre os demais. Por isso, o Estado poderá se erigir como a autoridade de todos. A igualdade política daqueles que fazem tal pacto é fundamental para sustentar o imaginário de um Estado de todos. Assim, o relato contratualista tem um papel central na fetichização do capital em torno do imaginário de uma sociedade de homens iguais.

<sup>15</sup> Com a constituição do cidadão e, depois, com o sufrágio universal, esse processo ganha um novo impulso. Cada cabeça é um voto e um voto é igual a qualquer outro voto. A democracia *liberal* acaba consagrando a igualdade política dos indivíduos.

<sup>16</sup> O duplo processo de fratura – entre economia e política, inicialmente, e depois das relações sociais que as constituem – permite que o valor que se valoriza (capital) reforce a ficção – realidade de um mundo de homens livres e iguais. E o que acontece numa esfera parece não ter relação com o que acontece na outra. Em poucas palavras, a dupla fratura permite que *a economia se manifeste como não-política*, para que, por sua vez, *a política se manifeste como não-econômica*<sup>5</sup>. Isso implica assumir que nada do que ocorre na economia (e, mais especificamente, no mercado) é resultado de decisões políticas (o que seria muito problemático). E nada do que ocorre na política é resultado da ação de poderes econômicos (o que romperia a ficção de iguais).

<sup>17</sup> No plano econômico, o capital não pode ocultar, porém, que seu mundo está formado por notáveis desigualdades sociais. A riqueza e a pobreza são visíveis, como visível é sua desigual distribuição. O problema inicial está em *naturalizar* estes processos, como se não existissem relações sociais que os geram. Dirão que o mercado, como mecanismo socialmente neutro, se encarrega de distribuir a riqueza através de critérios puramente técnicos, em função das diferenças de esforços, talentos e capacidades dos

<sup>5</sup> Conforme acertadamente apontou Gerardo Ávalos em seu livro com Joachim Hirsch (2007).



indivíduos. Assim, a desigualdade social imperante na esfera econômica é apresentada como não-política: não há nada de domínio e de poder – enquanto relações entre agrupamentos classistas –, mas apenas operações técnicas, que estão presentes na geração de riqueza e pobreza no capitalismo. As responsabilidades pela presença de riqueza e pobreza repousam, por sua vez, em razões puramente individuais: cada indivíduo, segundo seus esforços, capacidades e talentos, é o dono de seu destino social.

<sup>18</sup> Para o relato do capital, a desigualdade social não é apenas um resultado puramente técnico. É também, neste relato, um grande motor no desenvolvimento da sociedade. Os indivíduos que recebem menores proporções da riqueza social – e assistem a riqueza e o bem-estar de outros – se verão estimulados a realizar maiores esforços e se capacitar com o objetivo de alcançar patamares superiores de bem-estar. Neste sentido, as ações individuais em favor da ascensão social trazem consigo melhorias para a sociedade em seu conjunto.

<sup>19</sup> As perguntas clássicas da economia – o que se produz, como se produz, para quem se produz – deixam claro que em determinados momentos históricos são os projetos de determinados capitais que prevalecem e organizam a vida em comum. Porque quando falamos de capital, no fundo estamos falando de muitos capitais, alguns ligados à produção, outros à circulação, outros mais nas finanças e nos bancos, com tamanho e peso diferentes e, o que é mais importante, orientados a mercados sociais distintos. Não é a mesma coisa valorizar o capital produzindo automóveis ou produzindo pães. Em outras palavras, não existe um projeto de reprodução que permita a todos os capitais a resolverem suas necessidades igualmente. O capitalismo é um sistema de concorrência entre capitais e são alguns – em momentos históricos determinados – que conseguem impor seus projetos, em detrimento dos interesses de outros capitais. Isso se expressa, por sua vez, nos setores dominados, onde os projetos do capital têm consequências diferentes em suas condições de existência.<sup>6</sup>

<sup>20</sup> O fato de que sejam determinados projetos do capital os que prevaleçam em determinados momentos (ou que significa dizer: os interesses de determinadas classes, frações ou setores dominantes são os que prevalecem) nos conduz imediatamente ao terreno da política e do Estado. Isso significa que os projetos de determinadas classes, frações e setores dominantes se tornaram hegemônicos e que, nesse processo, têm subordinado outros projetos de grupos dominantes, que, com maior ou menor força, vantagens e desvantagens, se articulam em torno dos projetos hegemônicos, dando forma a uma articulação particular do *bloco no poder*. Com isso nos aproximamos à resposta de uma das questões-chave da análise política:

<sup>6</sup> Essas questões remetem à noção de padrão de reprodução do capital. Para uma reflexão detida sobre este tema, ver Ferreira; Osorio; Mathias (2012) em “Padrão de reprodução do capital”.

quem detém o poder?<sup>7</sup> Nesta perspectiva, a noção de *hegemonia* assume necessariamente uma conotação econômico/política, expressando dimensões diferenciadas da unidade do capital.

21 O fato de a política aparecer como não-econômica é uma dimensão fundamental para manter o imaginário de uma sociedade na qual a política – ou seja, a capacidade dos sujeitos decidirem sobre o sentido da vida em comum – é um assunto de todos, em condições de igualdade política. Este imaginário se romperia se as desigualdades sociais imperantes na economia se expressassem sem mediações, como força diferenciada no plano político, de modo que a maior riqueza de alguns se manifestasse como maior poder político. Todas as fraturas que o capital realiza em seu movimento impedem que surjam essas pontes e que se estabeleçam essas equações.

22 O sufrágio universal trata de reparar as fissuras que, permanentemente, tendem a surgir nessa realidade. Cada cabeça é um voto e somente um voto. Portanto, na hora de decidir sobre os assuntos da vida em comum, o dono da *Teléfonos de México* (TELMEX), Carlos Slim<sup>8</sup>, deposita apenas um voto – o grau de decisão proporcional correspondente –, do mesmo modo que o porteiro dessa empresa ao depositar seu voto. No final das contas, um e outro só dispuseram apenas de um átomo de poder na decisão geral. A contagem final mostrará a correspondência entre votos e cidadãos participantes. E, para que não haja dúvidas, é possível usar urnas transparentes nas quais, através de meios eletrônicos, todos podem ser testemunhas de que Carlos Slim somente depositou uma cédula na urna, tal como qualquer outro cidadão.

23 Em uma esfera política assim conformada, constrói-se também a ficção de que, nas eleições fundamentais – as presidenciais, num regime presidencialista, ou parlamentares, num regime parlamentarista –, tudo, ou quase tudo, está em disputa, salvo a própria democracia. E que, de fato, é o andamento e a organização da vida em comum que está em disputa quando se elege as máximas autoridades. Com isso, sai fortalecida também a ficção do poder dos cidadãos: *os cidadãos, neste relato, não podem ser senão sujeitos empoderados*.<sup>9</sup>

24 Na verdade, os cidadãos elegem num campo de jogo que foi previamente delimitado, no qual as opções de escolha foram filtradas pelas regras e procedimentos próprios dessa delimitação. O Estado de direito imperante expressa os limites do campo de jogo e as regras no interior desse campo, às quais os jogadores – cidadãos – e seus órgãos de representação, os partidos políticos – devem se submeter. Assim, em tais pro-

<sup>7</sup> A outra questão-chave é: como se exerce o poder? Ver, a respeito, Jaime Osorio, “*El Estado en el centro de la mundialización: la sociedad civil y el asunto del poder*” (2004).

<sup>8</sup> Um dos homens mais ricos do mundo, de acordo com classificações de revistas como, por exemplo, a *Forbes*.

<sup>9</sup> Mas *empoderados* sob formas (de violência) institucionais estabelecidas. Daí o temor e a surpresa quando os cidadãos expressam seu poder nas ruas, por exemplo, e não de forma atomizada, mas sob formas supra-individuais.

cessos, está em jogo somente aquilo que tais delimitações permitem. Isso explica o enorme peso da exigência aos contendores para que respeitem o Estado de direito.

<sup>25</sup> Enfatizar isso permite revelar que todo Estado de direito expressa o poder de classes subjacente à – e estabelecido na – ordem social, que é *anterior a qualquer eleição*. Portanto, faz sentido que o dono da TELMEX e o porteiro desta empresa depositem apenas um voto. Na verdade, porém, Carlos Slim e *todos seus pares*, já votaram (ou, mais claramente, já decidiram) previamente, estabelecendo as fronteiras da legalidade e ilegalidade, do possível e do impossível, do jogo, do campo de jogo e de suas regras. E são essas decisões prévias, como poder constituído, que de fato organizam o curso da vida em comum – e, claro está, também as eleições. Por isso, tendencialmente, aqueles que expressam esse poder sempre ganham as eleições, qualquer que seja o resultado. E o voto dos porteiros e de seus pares contará como a “conta dos que não contam”, no dizer de Rancière (1996).<sup>10</sup> Tendencialmente, estes sempre perdem, qualquer que seja o resultado.

<sup>26</sup> Nas eleições da democracia liberal não está em jogo o *poder político* do Estado. Não se convocam eleições para decidir se organizaremos a vida em comum em torno da propriedade comum ou em torno da propriedade privada dos meios de produção. Nas eleições, somente se decide quais forças políticas e/ou pessoas assumirão os principais cargos do aparelho do Estado, ou seja, quem encabeçará as instituições onde se *administra* o poder político, não quem *detém* o poder político. Esse aparelho de Estado não existe para servir a todo e qualquer interesse social, pois se constitui como a coisificação das relações de poder do Estado. Assim, mesmo no caso de que forças e representantes anticapitalistas ganhem as eleições e alcancem o topo do aparelho, este operará como um verdadeiro pântano político, no qual tais forças e representantes, quanto mais se movem nos seus limites, mais se afundam e desvirtuam seus projetos.

<sup>27</sup> No marco das relações sociais existentes, com a chegada de uma classe governante com projetos distintos aos prevalecentes, e, inclusive, desencontrados ou opostos, é possível produzir modificações nas relações de força entre as classes dominantes e as classes dominadas, sem que se altere o fundamento do poder e do domínio. Também podem ser produzidas modificações no seio do bloco do poder e no campo das relações de força entre o bloco de poder e o bloco das classes dominadas.

<sup>28</sup> A eficácia desses procedimentos pode ser medida pelo enorme número de eleições realizadas em todo o planeta, e em cada sociedade, num período que abarca quase um século, desde que se estabeleceu o sufrágio universal, sob as regras da democracia liberal, e os pobres

<sup>10</sup> Ver seu livro “*El desacuerdo: política y filosofía*” (RANCIÈRE, 1996).



resultados alcançados em termos de transformações políticas para o mundo dos dominados.

29 Somentes ao se assumir como negação do que já foi alcançado e, portanto, como passo possível, porém transitório e de ruptura, inclusive em relação ao que foi alcançado, no caminho da destruição das relações sociais imperantes, é que aqueles triunfos eleitorais poderão se tornar novas potencialidades de ruptura. Instalar-se no aparelho e supor que a partir dali é possível realizar transformações sociais é ficar preso na teia de aranha fetichista construída pelo poder político imperante, que acabará por enredar e desgastar aqueles que se viam como ganhadores.

30 A promulgação de leis em favor dos explorados e dominados pelos governos populares inseridos no aparelho de Estado burguês não deixa de ser algo bom. Mas isso não pode nos fazer perder de vista que essas leis estão inscritas em um Estado de direito que, enquanto unidade, protege e defende os interesses das classes dominantes que o estabeleceram e o promulgaram e que criaram um poder para sustentá-lo. É também por isso que promulgar um novo Estado de direito ou uma nova Constituição, sem criar o poder dos dominados para impor e defender tais mudanças, não passa de uma operação bem-intencionada, porém condenada ao fracasso. E, nessa matéria, os fracassos têm duros custos humanos e políticos e são de longa duração.

31 Discutir as ações políticas de governos populares não significa desconhecer seu significado, inclusive dos projetos que se propõem a transformar e revolucionar a ordem social existente. Trata-se simplesmente de estabelecer seus limites e romper com o fetichismo que faz crer que, uma vez se instalando no aparelho do Estado, é possível não apenas submeter o capital, mas também construir um mundo para além do capital. O Estado burguês e o aparelho desse Estado não são o lugar para isso. Somente a partir de uma política que busque ganhar e acumular forças para destruir as relações sociais imperantes terá sentido ocupar posições no aparelho de Estado, de forma transitória, quando possível. Mas, nesta perspectiva, logo se fará presente a necessidade de romper e negar aquilo que foi alcançado, pois sua carga e sua condição de obstáculo para acumular forças serão, cada dia, maiores e maior será o desgaste dos setores populares.

## Referências

- AGAMBEN, G. *Homo sacer: el poder soberano y la nuda vida*. Valencia: Pre-Textos, 1998.
- ÁVALOS, G.T.; HIRSCH, J. *A política do capital*. México: UAM-X, 2007.
- FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FOUCAULT, M. *Historia de la sexualidad I: la voluntad de poder*. México: Siglo XXI Editores, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Defender la sociedad*. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Seguridad, territorio, población*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- MARX, K. *El Capital*. 7ª. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- MARX, K., *Teorías sobre la plusvalía, I y II.*, México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- OSORIO, J. *El Estado en el centro de la mundialización: la sociedad civil y el asunto del poder*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Estado, biopoder, exclusión: análisis desde la lógica del capital*. Barcelona: Anthropos/UAM, 2012.
- PÉREZ SOTO, C. *Desde Hegel: para una crítica radical de las ciencias sociales*. México: Itaca, 2008.
- RANCIÈRE, J. *El desacuerdo: política y filosofía*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1996.
- THERBORN, G., *Ciencia, clase y sociedad*. Sobre la formación de la sociología y del materialismo histórico. Siglo XXI Editores, Madrid, 1980.

Recebido em 08 de julho de 2013.

Aprovado para publicação em 16 de julho de 2013.